

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.739 - SC (2019/0317499-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A  
**ADVOGADOS** : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572  
THIAGO DA ROSA GABBARDO - RS079247  
PAULO ANTÔNIO MULLER - SC030741  
KATERINE BEATRIZ ROTTA - RS110728  
**RECORRIDO** : ANTÔNIO CARLOS GREGÓRIO  
**RECORRIDO** : JARTEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA  
**ADVOGADO** : WILSON KNONER - SC004549  
**INTERES.** : TAMARA MARISE ULRICH  
**ADVOGADO** : GERSON ADRIANO LOHR - SC031456

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ESTÉTICOS E MATERIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7//STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.

1. Ação de indenização por danos morais, estéticos e materiais.
2. O reexame de fatos e provas e a nova interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
3. A incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
4. Em se tratando de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação.
5. Recurso especial conhecido parcialmente e, nesta extensão, não provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A com fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso Especial interposto em:** 17/05/2019.

**Distribuído para o gabinete em:** 28/10/2019.

**Ação:** de indenização por danos morais, estéticos e materiais ajuizada por TAMARA MARISE ULRICH em face de ANTÔNIO CARLOS GREGÓRIO e de JARTEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA com denúncia à lide da seguradora MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A., devido a acidente de

trânsito que causou vários ferimentos à vítima.

**Sentença:** julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar os réus ao pagamento dos danos materiais no valor de R\$ 432,10, compensação por danos morais no total de R\$ 20.000,00 e compensação por danos estéticos no total de R\$ 20.000,00. Julgou procedente a denunciação à lide e condenou a recorrente ao pagamento da indenização e compensação a que foram condenados os réus, a título de danos materiais, morais e estéticos, observado o limite da apólice, excluídos os valores eventualmente pagos.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta por MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A., nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. CULPA CONCORRENTE APLICADA. APELO DA SEGURADORA DENUNCIADA.

PEDIDOS INADMISSÍVEIS. RÉU/DENUNCIANTE QUE, EM CONTRARRAZÕES AO APELO, ASSEVERA: ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL; PROVAS INCONCLUSIVAS DO DIREITO POSTULADO; REDUÇÃO DO DANO MORAL; E FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA LIDE SECUNDÁRIA. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO DOS PLEITOS.

AGRAVO RETIDO. PEDIDO DE INÉPCIA DA INICIAL. TESE RECHAÇADA. FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO DEVIDAMENTE EXPOSTOS NA EXORDIAL. REQUISITOS PARA SUA ADMISSÃO PREENCHIDOS (ART. 283 DO CPC/1973). AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

RESPONSABILIDADE CIVIL. TESE DE CULPA EXCLUSIVA DA PEDESTRE. ATROPELAMENTO OCORRIDO NA FAIXA DE SEGURANÇA. IMPRUDÊNCIA DO CONDUTOR RÉU EVIDENCIADA (ART. 70 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO). CULPA CONCORRENTE MANTIDA.

DANOS MATERIAIS. NOTAS FISCAIS DE EXAMES. CUPOM FISCAL PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. RECIBO DE PAGAMENTO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA DE CONSULTA MÉDICA. DOCUMENTOS IDÔNEOS E RELATIVOS A LESÃO CAUSADA PELO ACIDENTE. PROVA SUFICIENTE DO DIREITO POSTULADO. IMPUGNAÇÃO REALIZADA DE FORMA GENÉRICA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO SINGULAR.

QUANTUM INDENIZATÓRIO. PEDIDO DE

REDUÇÃO DO DANO MORAL E ESTÉTICO. MONTANTE QUE DEVE RESPEITAR OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, COM ATENÇÃO AO CARÁTER INIBIDOR, PEDAGÓGICO E COMPENSATÓRIO, SEM CONTUDO, CAUSAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DA POSTULANTE. RECURSO PROVIDO NO PONTO.

ABRANGÊNCIA DAS COBERTURAS SECURITÁRIAS. TESE DE IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE COBERTURAS. DANO MORAL E ESTÉTICO SOB A CHANCELA DO DANO CORPORAL, POIS ESPÉCIES DESTA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO SEGURADO SOBRE A LIMITAÇÃO IMPOSTA PELA SEGURADORA (SÚM. 402 DO STJ). IMPOSSIBILIDADE. COBERTURAS SOMADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA A PARTIR DA CONTRATAÇÃO OU RENOVAÇÃO. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO VÁLIDA DA DENUNCIADA.

RECURSO CONHECIDO E, EM PARTE, PROVIDO." (fls. 527/528, e-STJ).

**Embargos de declaração:** opostos pela recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 394, 936, 757, 760 e 781 do CC e do CPC/2015

Sustenta, em síntese, que i) os danos morais devem ser limitados ao teto da cobertura específica, não podendo cumular a cobertura por danos corporais à cobertura por danos morais; ii) os danos estéticos não podem integrar a cobertura relativa aos danos corporais, pois há exclusão expressa de sua cobertura; e iii) não é viável a incidência de juros de mora a partir da citação válida, mas a partir do trânsito em julgado da condenação.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015

### **1. Das Súmulas 5, 7 e 568/STJ**

O TJ/SC, ao decidir acerca da cobertura securitária dos danos moral e estético, coadunou-se à jurisprudência do STJ no sentido de que o contrato de

seguro por danos pessoais só não compreende os danos morais e estéticos na hipótese em que tiver sido expressamente excluída tal cobertura (AgInt no AREsp 1.039.972/SC, 4ª Turma, DJe de 12/5/2017; e AgRg no AREsp 543.020/SP, 3ª Turma, DJe de 23/3/2015). Inteligência da Súmula 402 do STJ.

Na presente insurgência, todavia, as razões recursais aduzem a existência de cláusula expressa de limitação para condenação relativa a danos morais.

Sobre a mencionada assertiva, o acórdão assentou o que segue:

"Assim, relativa a cobertura por danos morais/estéticos, por serem espécies do gênero danos pessoais/corporais e por inexistir exclusão expressa pela seguradora (Súm. 402 do STJ), há de ser somadas as coberturas por danos corporais e morais/estéticos."

Alterar o decidido no acórdão impugnado, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Assim, tendo em vista que não consta no acórdão recorrido que a cobertura por danos morais e estéticos foi expressamente excluída no contrato de seguro, esses devem integrar a cobertura relativa aos danos corporais. Logo, nesse ponto, o recurso especial não merece provimento, com base na Súmula 568/STJ.

## **2. Da divergência jurisprudencial**

A incidência das Súmulas 5 e 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República, por ausência de similitude fática entre os acórdãos colacionados para fins de demonstração de divergência jurisprudencial.

A propósito: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 964391/SP, 3ª Turma, DJe de 21/11/2016.

## **3. Do termo inicial de incidência dos juros de mora**

A jurisprudência consolidada do STJ é no sentido de que o termo

inicial dos juros de mora, em se tratando de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, fluem a partir da citação (AgInt no REsp 1721322/MG, Terceira Turma, Dje de 16/11/2018; AgInt no REsp 1764771/RJ, Terceira Turma, Dje de 14/02/2019 e AgRg no Ag 1194880/CE, Quarta Turma, Dje de 04/02/2014). Logo, o acórdão recorrido não merece reforma. Incide a Súmula 568/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO parcialmente do recurso especial para NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais) devidos pela recorrente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora